

É BOM SABER

TXUCAHAMÃE: HISTÓRIA DO CONFLITO

Final de março. Um grupo Kayapó Mekranoti, da aldeia do Posto Kretire, ao norte do Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso, tomou as manchetes dos jornais: os índios Txukahamãe seqüestraram a balsa que fazia o transporte de pessoas e veículos de uma margem a outra do trecho Cuiabá-Santarém da BR-080 cortado pelo rio Xingu. Os índios protestavam contra a invasão de suas terras pelos fazendeiros da região e exigiam a presença do então presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) para negociar no Xingu. Ferreira Lima não foi ao encontro dos índios, e acabou sendo demitido, em 30 de abril, da presidência do órgão.

A estrada BR-080, que cortou o norte do Parque do Xingu em 1972, foi fixada como novo limite norte do parque para tomar aos índios uma fértil região cobrada por fazendeiros locais. Parte dos Mekranoti foi convencida a se transferir para o sul da estrada, e outro grupo, recusando se transferir, fundou a aldeia Jarina. Por causa disso, foi interdita uma reserva Jarina ainda não demarcada. Os Txukahamãe, entretanto, nunca aceitaram a perda de suas terras.

Começaram os conflitos ao longo da estrada e as reivindicações dos Txukahamãe. Enquanto isso, várias fazendas se instalaram na faixa desocupada. Oito anos depois da construção da BR-080, em 1980, o então presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, assinou um pacto com os Txukahamãe segundo o qual a estrada seria desativada e realocada no paralelo 13, reintegrando parte das terras indígenas ao perímetro do parque.

Promessas não cumpridas. Continuaram as pressões dos índios e aumentou a tensão com as fazendas e o povoado de São José do Xingu (conhecido como São José do Banguê-Banguê).

Em 23 de março último, Ferreira Lima era esperado para mais uma reunião em Kretire e não apareceu. Os índios ficaram extremamente insatisfeitos e decidiram levar a balsa para o Posto. Transformaram em reféns todos os funcionários da Funai no parque, inclusive seu próprio diretor, Cláudio Romero. Os Txukahamãe inauguraram as bases para a negociação ao recusar a primeira proposta do governo, surgida após reunião entre representantes da Funai e os fazendeiros da região: a interdição de uma faixa de 15km ao longo do rio Xingu. Os índios queriam que esta faixa interdita fosse de 40km por 60km, para distanciar as fazendas da propriedade indígena.

O impasse continuava. A área estava completamente isolada e poucas eram as informações que chegavam. Temia-se a intervenção policial e militar, além de retaliações, como a ameaça de demissão dos funcionários mantidos como reféns, acusados de insuflar os índios. Ferreira Lima se negou a comparecer ao Xingu até o fim, mas chegou a mandar representantes, que acabaram sendo também transformados em reféns. Os índios mantiveram-se firmes, embora os estoques de comida já fossem escassos e alguns reféns estivessem doentes. Dia 30 de abril, Ferreira Lima foi demitido e, em 2 de maio, os índios conseguiram um novo pacto: a demarcação de uma faixa de 15 por 70 quilômetros. Em troca, os reféns foram liberados e voltaram à Brasília. No dia 8, Jurandy Marcos Fonseca assumiu a presidência da Funai e nomeou dois índios para cargos de direção no órgão.

OS ÍNDIOS VÃO À LUTA — E GANHAM

Jurandy Marcos Fonseca foi escolhido, dia 8 de maio, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). No mesmo dia, nomeou dois líderes indígenas para cargos de direção no órgão: o txukahamãe Megaron é o novo diretor do Parque do Xingu, enquanto Marcos Terena, nascido na aldeia de Taunay (Mato Grosso do Sul), é o novo chefe de gabinete da Funai. Fonseca — cujo nome constava de uma lista tríplice apresentada pelos índios do Parque do Xingu e pelo deputado Mário Juruna (PDT-RJ) ao governo — assumiu o cargo em meio a uma séria crise na política indigenista do governo.

Sejam quais forem os rumos da Funai, o movimento dos índios marcou uma nova fase: a partir de agora, eles estão organizados e prontos a reivindicar seus direitos. Em encontro realizado em Brasília, cerca de um mês antes do desfecho da crise (4 a 6 de abril), os 400 índios presentes deixaram isso bem claro. Esta-

va-se em meio à crise que atingiu o Parque do Xingu. Os representantes de várias tribos espalhadas pelo país fizeram denúncias contra a Funai, que chegou a ser cercada por choques da Polícia Militar, temerosos de que os índios invadissem o órgão tutor.

Mas os índios não invadiram o órgão algum. Durante os três dias do encontro, eles repudiaram o projeto de lei do deputado João Batista Fagundes (PDS-RR), que lhes dá emancipação compulsória; criticaram o decreto que regulamenta a presença de empresas mineradoras nas áreas indígenas, e também o projeto do novo Código Civil que considera o índio não mais como relativamente incapaz, mas totalmente incapaz. O Segundo Encontro dos Povos Indígenas realizado no Congresso Nacional pelo deputado Mário Juruna foi acompanhado atentamente pelos líderes indígenas presentes, que se solidarizaram com os índios

do Xingu.

A presença dos índios em Brasília, no entanto, incomodou alguns membros do governo e do PDS — como o então presidente da Funai e pivô da crise indígena, Otávio Ferreira Lima, e o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal, deputado Diogo Nomura. No segundo dia do encontro, ao verificar a ausência do deputado Juruna, Nomura mandou que os participantes saíssem da sala da comissão, onde se reuniam, argumentando que não havia parlamentares presentes. Ao chegar, Juruna ficou irritado e mandou que os índios entrassem novamente. Criticando o governo por submeter-se aos governos de outros países, como o dos Estados Unidos, sem respeitar seu próprio povo, Juruna investiu contra o deputado Nomura: "Aqui é casa do índio porque índio é brasileiro. O deputado é japonês."